

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA --

PATRIMÔNIO E INVENTÁRIO

Questão 1

No Ministério das Relações Exteriores (MRE), a unidade administrativa responsável pela gestão patrimonial dos bens móveis e imóveis da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), de escritórios regionais e dos postos no exterior é a

- A Secretaria de Patrimônio da União.
- B Coordenação de Serviços Compartilhados da União.
- C Coordenação-Geral de Patrimônio Histórico.
- D Coordenação de Patrimônio, Arquitetura e Engenharia.
- E Coordenação de Patrimônio e Inventário.

Questão 2

Entre os principais dispositivos legais vinculados à gestão patrimonial no MRE, aquele que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis, no âmbito da administração pública federal, é

- A a Lei n.º 14.133/2023.
- B a Portaria STN n.º 448/2002.
- C a Lei n.º 4.320/1964.
- D a Instrução Normativa n.º 205/1988 da SEDAP.
- E o Decreto n.º 9.373/2018.

Questão 3

No que tange ao controle patrimonial, às responsabilidades e aos inventários da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), assinale a opção correta.

- A Um dos objetivos do inventário é fornecer subsídios para a avaliação e o controle gerencial de materiais permanentes.
- B Os chefes dos postos podem delegar a competência dos atos concernentes à gestão patrimonial, inclusive daqueles que se referem à gestão patrimonial das residências oficiais.
- C Todo acervo da SERE deve ser controlado, à exceção dos bens provenientes de contratos de *leasing*.
- D Servidores efetivos, funcionários terceirizados, estagiários e contratados locais no exterior podem ter sob sua guarda bens patrimoniais.
- E Inventário é o procedimento administrativo e contábil facultativo, que consiste na verificação do controle físico e contábil dos equipamentos e materiais permanentes existentes na organização.

Questão 4

Assinale a opção que corresponde ao atributo utilizado para a classificação de material permanente cuja estrutura esteja sujeita à modificação por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irrecuperabilidade e(ou) perda de sua identidade.

- A fragilidade
- B transformabilidade
- C durabilidade
- D precibilidade
- E incorporabilidade

Questão 5

Considere a incorporação de bem pela administração pública decorrente de empréstimo gratuito realizado por órgão a empresas privadas mediante contrato e que exige, na ocasião do retorno do bem ao seu proprietário, a baixa patrimonial por devolução. Nesse caso, essas são características

- A da incorporação por fabricação.
- B da aquisição.
- C do comodato.
- D da doação.
- E da cessão.

Questão 6

O bem inservível classificado como antieconômico é o bem móvel

- A que não pode ser utilizado devido à sua transferência a outro órgão público.
- B que não pode ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão de ser o seu custo de recuperação superior a cinquenta por cento do seu valor de mercado ou de a análise do seu custo e benefício demonstrar ser injustificável a sua recuperação.
- C que se encontra em perfeitas condições de uso, mas não é aproveitado.
- D que não se encontra em condições de uso cujo custo da recuperação seja de até cinquenta por cento do seu valor de mercado ou cuja análise de custo e benefício demonstre ser justificável a sua recuperação.
- E cuja manutenção seja onerosa ou cujo rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência.

Questão 7

A respeito da elaboração dos inventários patrimoniais no âmbito da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), assinale a opção correta.

- A No exterior, quem deve acompanhar, única e diretamente, os trabalhos de elaboração dos inventários e a movimentação dos bens arrolados no acervo patrimonial são os servidores da área administrativa.
- B Por determinação do Tribunal de Contas da União, desde o exercício de 1995 os inventários patrimoniais dos postos passaram a ser elaborados a cada biênio.
- C O documento concernente à elaboração do inventário patrimonial do posto deve ser elaborado com base na planilha de patrimônio e assinado eletronicamente por servidor da área administrativa.
- D O bem móvel cujo valor de aquisição ou custo de produção for desconhecido deve ser avaliado tomando-se como referência o valor de outro, semelhante ou sucedâneo, no mesmo estado de conservação e a preço de mercado.
- E O material de pequeno valor econômico cujo custo de controle for superior ao risco da perda deve ser controlado por meio do inventário patrimonial.

Questão 8

Assinale a opção que apresenta a modalidade de desfazimento de bens que consiste no repasse do bem de forma gratuita para outro órgão ou entidade pública por meio da transferência de posse e da troca de responsabilidade.

- ☐ A cessão
- ☐ B alienação
- ☐ C doação
- ☐ D venda
- ☐ E permuta com particulares

Questão 9

Com relação ao tombamento de bens patrimoniais, assinale a opção correta.

- ☐ A A fixação das identificações nos bens deve ser feita em local encoberto, preferencialmente na parte traseira dos móveis e equipamentos, de forma a se evitar ações de vandalismo.
- ☐ B Para bens do acervo histórico, artístico e de representação, não se deve realizar a aposição de etiquetas e, sim, de cartões suspensos na parte frontal ou traseira.
- ☐ C O número de patrimônio, em regra, é apostado mediante fixação de plaqueta ou etiqueta adesiva com código de barras no bem a ser tombado.
- ☐ D Cada lote de bens adquiridos deve ser identificado mediante fixação de plaqueta com o mesmo número da nota fiscal de aquisição.
- ☐ E A identificação do bem tombado deve permitir aos agentes de controle patrimonial coletar informações relativas unicamente à localização desse bem.

Questão 10

Conforme Decreto n.º 9.373/2018, se os bens forem equipamentos, peças e componentes de tecnologia da informação e comunicação classificados como ociosos ou recuperáveis, eles podem ser repassados a organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) que participem do programa de inclusão digital do governo federal, conforme disciplinado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Considere a transferência da propriedade de um bem para uma OSCIP, de forma gratuita, efetuada após a avaliação de sua oportunidade e conveniência relativamente à escolha de outra forma de desfazimento do bem. Nesse contexto, as características citadas referem-se a uma modalidade de desfazimento de bens denominada

- ☐ A empréstimo.
- ☐ B cessão.
- ☐ C doação.
- ☐ D renúncia.
- ☐ E permuta com particulares.

ASSUNTOS CONSULARES**Questão 11**

No que tange à função consular no âmbito do Regulamento Consular Brasileiro, assinale a opção correta.

- ☐ A A autoridade consular está sujeita aos privilégios, às imunidades e às prerrogativas que lhes sejam reconhecidos pelos acordos e convenções existentes e pela prática internacional. Logo, está imune às leis e aos costumes internos, bem como à jurisdição, do Estado onde exerce as suas funções.
- ☐ B A jurisdição das repartições consulares e dos setores consulares em missões diplomáticas se estabelece mediante portaria do ministro de Estado das Relações Exteriores, sem a necessidade de aceite pelo Estado receptor.
- ☐ C Os distritos consulares compreendem o território sobre o qual os cônsules-gerais e os cônsules exercem a sua jurisdição diretamente ou por meio de vice-consulados ou de cônsules honorários.
- ☐ D A residência na jurisdição consular deve ser critério excludente para a prestação de serviços consulares a cidadãos brasileiros.
- ☐ E As funções consulares se destinam exclusivamente a brasileiros em casos especificados no regulamento.

Questão 12

De acordo com o artigo 5.º da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, de 24/4/1963, e com o Decreto n.º 61.078/1967, as funções consulares incluem

- I proteger, no Estado receptor, os interesses do Estado que envia e de seus nacionais, pessoas físicas ou jurídicas, dentro dos limites permitidos pelo direito internacional.
- II fomentar o desenvolvimento das relações comerciais e econômicas, culturais e científicas, entre o Estado que envia e o Estado receptor, e promover, ainda, as relações amistosas entre eles, em conformidade exclusivamente com as disposições da legislação nacional.
- III informar-se, por todos os meios lícitos, das condições e da evolução da vida comercial, econômica, cultural e científica do Estado receptor, informar a respeito o governo do Estado que envia e fornecer dados às pessoas interessadas.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item II está certo.
- ☐ B Apenas o item III está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ D Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 13

Quanto à titularidade das categorias das repartições consulares, julgue os próximos itens.

- I Os titulares dos consulados-gerais, dos consulados e dos vice-consulados são nomeados pelo presidente da República entre os ocupantes de cargo da carreira de diplomata.
- II Os titulares de vice-consulados podem ser escolhidos, excepcionalmente, entre os ocupantes da classe especial da carreira de oficial de chancelaria do serviço exterior.
- III Os consulados-gerais e os consulados são diretamente subordinados à secretaria de Estado, devendo, entretanto, nos assuntos de interesse político, econômico, cultural e científico, dar conhecimento de suas atividades à missão diplomática junto ao governo do país em que tenham sua sede.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 14

No que tange à repartição consular no âmbito do Regulamento Consular Brasileiro, assinale a opção correta.

- A É vedada à repartição consular fornecer às autoridades locais telefones de quaisquer de seus servidores.
- B A repartição consular deverá estar preparada para atender situações de emergência, observado o horário de expediente, no interesse de brasileiros residentes ou de passagem.
- C A repartição consular deve estar aberta todos os dias na sede do posto, inclusive aos sábados e domingos, observando-se os usos e costumes locais e os interesses da comunidade brasileira.
- D Uma placa, somente em língua portuguesa, deverá ser fixada ao lado da porta de entrada com a indicação da categoria da repartição consular e do horário de atendimento ao público.
- E A chefia do posto deverá zelar para que os tempos de espera e os prazos para a prestação de serviços permaneçam em patamares razoáveis.

Questão 15

Configura situação de assistência emergencial da repartição consular

- I a morte de cidadão brasileiro.
- II a hospitalização de cidadão brasileiro.
- III a dificuldade de locomoção de cidadão brasileiro devidamente comprovada.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 16

Considerando que o Regulamento Consular Brasileiro dispõe sobre situações de impedimento e de substituição do titular da repartição consular, assinale a opção correta.

- A Caso se verifique, na conferência dos bens da repartição consular, a existência de alguma discrepância patrimonial, o servidor que assume deverá manter sigilo sobre o fato e apenas comunicá-lo ao chefe da missão diplomática brasileira, após conclusão do processo administrativo interno.
- B Caso o chefe da repartição consular esteja impedido de comunicar-se com a SERE ou com a missão diplomática brasileira, seja por moléstia grave ou fato alheio à sua vontade, deverá seu substituto imediato dar ciência do ocorrido à SERE.
- C Em caso de substituição do titular da repartição consular, deve ser lavrado o termo único de passagem de direção, conforme disciplinado pelo Guia de Administração de Postos (GAP), em que assinem o servidor que assume e o chefe da missão diplomática brasileira.
- D Somente com autorização expressa do chefe da missão diplomática brasileira poderá o servidor substituto assumir a direção da repartição consular.
- E Observadas as normas administrativas vigentes, o servidor que assumir a direção da repartição consular nas condições prescritas no referido regulamento deverá proceder à verificação dos documentos, bens e valores na presença do chefe da missão diplomática brasileira.

Questão 17

Entre os objetivos principais do cônsul honorário inclui-se a

- I defesa dos direitos e a assistência, emergencial ou não, dos membros da comunidade brasileira em sua jurisdição, residentes ou de passagem.
- II visita aos cidadãos brasileiros em hospitais.
- III visita aos cidadãos brasileiros em centros de detenção.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 18

Com relação à nomeação de vice-cônsul, assinale a opção correta.

- A Os vice-cônsules não gozam das imunidades previstas na Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963, ainda que em repartição consular.
- B A nomeação de vice-cônsul para a titularidade de um vice-consulado é realizada exclusivamente entre os ocupantes da classe especial da carreira de oficial de chancelaria.
- C Os vice-cônsules são nomeados diretamente pelos conselheiros do Serviço Exterior Brasileiro.
- D Para exercer a titularidade de um vice-consulado, o vice-cônsul poderá ser nomeado entre os ocupantes dos cargos de conselheiro, primeiro-secretário, segundo-secretário e terceiro-secretário da carreira de diplomata, ou, excepcionalmente, entre os ocupantes da classe especial da carreira de oficial de chancelaria.
- E Os vice-cônsules no exercício de funções em consulados-gerais, consulados ou setores consulares de missões diplomáticas são sempre nomeados pelo presidente da República.

Questão 19

Os documentos dispensados de apostilamento ou legalização consular incluem os

- A emitidos por entidades prestadoras de serviço público local, destinados a serem utilizados em território brasileiro.
- B emitidos por organizações não governamentais estrangeiras, ainda que se destinem a serem utilizados em território brasileiro.
- C pessoais, como certidões de nascimento e casamento, emitidos por autoridades estrangeiras.
- D comerciais, como contratos e faturas, trocados entre empresas estrangeiras e brasileiras.
- E emitidos por países que não possuem acordos bilaterais de simplificação ou dispensa do processo de legalização com o Brasil.

Questão 20

A respeito de aquisição de nacionalidade brasileira, originária e derivada, conforme Regulamento Consular Brasileiro, assinale a opção correta.

- A Os filhos de pai ou mãe brasileiros nascidos no exterior e não registrados em repartição consular brasileira podem garantir a nacionalidade brasileira originária depois de atingida a maioridade civil (18 anos).
- B Os filhos de brasileiros naturalizados nascidos antes da data de naturalização dos pais podem adquirir nacionalidade brasileira originária mediante registro em repartição consular.
- C Os filhos de pai ou mãe brasileiros nascidos no exterior devem ser registrados em repartição consular para adquirirem nacionalidade brasileira originária, mas somente se a certidão consular de nascimento dos pais brasileiros tiver sido trasladada no Brasil.
- D Os filhos nascidos no exterior de pai ou mãe brasileiros, que estejam a serviço do Brasil, não adquirem nacionalidade brasileira originária automaticamente, devendo ser registrados em repartição consular.
- E Os filhos estrangeiros adotados por pai ou mãe brasileiros não adquirem nacionalidade brasileira originária automaticamente, devendo ser registrados em repartição consular.

Questão 21

Em casamentos celebrados por autoridade estrangeira, a autoridade consular brasileira está apta a atuar no registro consular de certidão de casamento estrangeira emitida

- I no país-sede da jurisdição do posto.
- II em outro país da jurisdição do posto ou em outra jurisdição dentro do mesmo país.
- III após óbito do cônjuge brasileiro.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 22

O Regulamento Consular Brasileiro dispõe acerca de normas gerais sobre documentos de viagem. Entre os documentos de viagem expedidos para brasileiros, inclui-se o

- I passaporte diplomático (PADIP).
- II passaporte comum (PACOM).
- III *laissez-passer* (LP).

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 23

Em relação à concessão de passaporte a menor nascido no exterior, de nacionalidade brasileira, conforme o Regulamento Consular Brasileiro, assinale a opção correta.

- A Diante da recusa dos responsáveis em registrar o nascimento ou da impossibilidade de registro, a concessão do passaporte ficará condicionada à apresentação de uma justificativa aceitável pela autoridade consular.
- B Na impossibilidade de efetuar o registro do nascimento ou na recusa dos responsáveis em registrá-lo, a concessão do passaporte ficará sujeita à discricionariedade da autoridade consular.
- C A recusa dos responsáveis legais brasileiros em registrar o nascimento do filho não impacta na concessão do passaporte.
- D A recusa dos responsáveis legais brasileiros em registrar o nascimento do filho afeta a concessão do passaporte, que, no entanto, pode ser solicitado sem o registro consular de nascimento, desde que seja apresentada uma justificativa válida.
- E Na impossibilidade de efetuar o registro do nascimento ou na recusa dos responsáveis em registrá-lo, a concessão do passaporte será denegada.

Questão 24

As autoridades que podem obter passaporte diplomático (PADIP) válido pelo prazo de 10 anos incluem

- A os membros do Congresso Nacional em exercício.
- B os ministros do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União.
- C o presidente da República e o vice-presidente da República.
- D o procurador-geral da República e os subprocuradores-gerais do Ministério Público Federal.
- E os vice-cônsules em exercício.

Questão 25

A respeito das condições de concessão do passaporte oficial (PASOF), assinale a opção correta.

- A A concessão de PASOF não está condicionada à assinatura de termo de devolução do PASOF.
- B Os dependentes econômicos dos servidores podem receber passaportes oficiais, mediante consulta à SERE, pelo prazo máximo de 5 anos.
- C Servidores da administração direta dos governos federal, estadual e do Distrito Federal têm direito ao PASOF pelo prazo máximo de 10 anos.
- D O PASOF pode ser concedido às pessoas que viajem em missão relevante para o país, a critério do Ministério das Relações Exteriores (MRE), pelo prazo máximo de 5 anos.
- E O PASOF pode ser concedido a auxiliares de adidos credenciados pelo MRE, pelo prazo máximo de 3 anos.

PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

Questão 26

No que se refere à imunidade de jurisdição dos agentes diplomáticos, de acordo com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, julgue os itens a seguir.

- I A referida imunidade abrange ações reais sobre imóveis privados cuja posse pelo agente diplomático, para fins de missão, corre por conta do Estado acreditado.
- II O agente estará sujeito à execução judicial nas ações sucessórias em que figure como executor testamentário, a título privado, ainda que esta afete a sua residência.
- III A renúncia à imunidade é uma faculdade pessoal atribuída ao agente diplomático.
- IV A inviolabilidade e a proteção dos locais do Estado acreditante se estende, também, à residência particular do agente diplomático.

Estão certos apenas os itens

- A I e IV.
- B II e III.
- C III e IV.
- D I, II e III.
- E I, II e IV.

Questão 27

De acordo com a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, a função consular poderá ser exercida

- A em um terceiro Estado, por meio de novas repartições consulares, bastando não haver oposição dos interessados.
- B dentro da jurisdição consular e, apenas em circunstâncias especiais, fora desta, independentemente de consentimento.
- C dentro e fora da jurisdição consular, independentemente de consentimento.
- D em um terceiro Estado, por repartições consulares encarregadas, com prévia notificação e sem oposição dos interessados.
- E por um terceiro Estado, em sua repartição consular, com prévia notificação e autorização expressa.

Questão 28

A Convenção de Viena sobre Relações Consulares, publicada em 1967, confere aos empregados de uma repartição consular algumas garantias e condições disciplinares, como, por exemplo, a

- A proteção contra prisão preventiva, exceto no caso de crimes graves e em decorrência de decisão da autoridade judiciária competente.
- B garantia de prestar depoimento em seu domicílio ou na repartição consular.
- C faculdade de depor na condição de testemunha sobre fatos alheios ao exercício da função.
- D imunidade jurisdicional perante autoridades administrativas por atos próprios da função consular.
- E imunidade quanto à ação civil em face de danos por acidente de veículo no Estado receptor.

Questão 29

O agente diplomático que seja nacional do Estado acreditado goza da imunidade de jurisdição e de inviolabilidade

- A para os atos oficiais no exercício da função e outros privilégios que o Estado acreditado conferir.
- B nas mesmas condições conferidas aos agentes diplomáticos estrangeiros.
- C na medida dos privilégios e das imunidades que forem conferidos pelo Estado acreditado.
- D somente quanto aos atos oficiais praticados no desempenho da função.
- E para todos os atos praticados, exceto quando do cometimento de crime grave.

Questão 30

Tendo em vista o conjunto de privilégios conferidos ao agente diplomático para o exercício da função, caso este cometa algum ilícito será aplicado o disposto na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. Nesse caso,

- A caberá renúncia à imunidade por decisão do Estado acreditante, por mero consentimento.
- B o agente será responsabilizado e remetido ao Estado acreditante na condição de *persona non grata*.
- C caberá renúncia à imunidade por decisão do Estado acreditado, quando se tratar de ilícito civil.
- D haverá instauração compulsória de procedimento judicial perante o Estado acreditante.
- E o agente poderá responder em seu próprio país, quando o processo for enviado aos tribunais de sua jurisdição.

LICITAÇÕES NO EXTERIOR

Questão 31

O escritório financeiro em Nova Iorque do Ministério das Relações Exteriores (MRE) é

- A órgão centralizador da gestão de contratos celebrados no exterior.
- B unidade específica gestora de recursos do MRE utilizados no exterior.
- C subordinado ao Consulado-Geral do Brasil instalado naquela cidade.
- D autônomo com relação à Secretaria de Estado das Relações Exteriores ante as suas competências.
- E responsável pela prestação de contas das unidades gestoras no exterior.

Questão 32

Nas contratações efetuadas pelo MRE,

- A a análise de riscos será dispensada em caso de contratação direta.
- B não surgindo licitantes interessados deverá ser sanada a falta com a reelaboração das regras postas.
- C o planejamento terá início com a elaboração do estudo técnico preliminar.
- D o parcelamento do objeto poderá ser dispensado caso haja prejuízo técnico.
- E uma vez aprovado o documento de formalização de demanda, será elaborado, em ato contínuo, o projeto básico.

Questão 33

São obrigatórios os pareceres do advogado local e da consultoria jurídica em processos licitatórios que visem à

- I locação de imóveis.
- II permuta de imóveis.
- III alienação de imóveis.
- IV contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I, II e III.
- C I, II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

Questão 34

Acerca das peculiaridades locais dos procedimentos licitatórios no exterior, assinale a opção correta.

- Ⓐ É vedada a análise de questões jurídicas na fase de habilitação.
- Ⓑ A minuta de contrato é facultativa apenas nas compras com entrega imediata e nos contratos de adesão.
- Ⓒ A inalterabilidade do procedimento é regra que visa garantir a transparência.
- Ⓓ É vedado estender o prazo de validade da pesquisa de preços sob pena de violar a princípio da moralidade.
- Ⓔ Os processos licitatórios no exterior têm como um dos objetivos o incentivo à inovação.

Questão 35

Os objetivos do processo licitatório no exterior incluem

- Ⓐ evitar possíveis impactos ambientais.
- Ⓑ o tratamento isonômico aos licitantes.
- Ⓒ a eficiente descrição da solução a ser contratada.
- Ⓓ inibir a competição.
- Ⓔ selecionar a proposta compatível com o interesse público.

Questão 36

No que se refere às semelhanças e dessemelhanças entre licitação internacional e licitação no exterior, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para valores inferiores a cem mil reais, a contratação direta é admitida em ambos os modos de licitação.
- Ⓑ Os preços de bens e serviços objeto de processo licitatório são cotados sempre em moeda local.
- Ⓒ As peculiaridades locais são irrelevantes para a licitação no exterior.
- Ⓓ As licitações no exterior prescindem da segregação de funções.
- Ⓔ Os meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias são admitidos em ambos os modos de licitação.

Questão 37

Acerca da aplicação de leis locais aos contratos constituídos no exterior, assinale a opção correta.

- Ⓐ Empresas brasileiras gozam de preferência sobre empresas locais em licitações de engenharia e tecnologia de informação realizadas pelo posto no exterior.
- Ⓑ Os serviços de engenharia e obras devem observar as normas brasileiras, por razões de segurança nacional.
- Ⓒ O direito administrativo brasileiro deverá ser aplicado quando não haja conflito com as leis locais, não implique aumento de gastos ao erário e não prejudique a competição.
- Ⓓ São admitidas regras editalícias para a licitação no exterior conforme a lei local, ainda que contrárias à ordem pública brasileira.
- Ⓔ Se o Estado em cujo território estiver sendo realizada a licitação de obras e serviços de engenharia não adotar boas práticas para a disposição de resíduos sólidos, elas poderão ser dispensadas no processo licitatório realizado pelo posto.

Questão 38

Assinale a opção correta a respeito da competência do ordenador de despesas do posto.

- Ⓐ A utilização de plataforma digital independe do consentimento do ordenador de despesas.
- Ⓑ É competência do ordenador de despesas revogar a licitação discricionariamente.
- Ⓒ Ao ordenador de despesas compete aprovar, após autorização do ministro de Estado, o projeto básico que integra o processo licitatório.
- Ⓓ Se a formalização da demanda provier da Secretaria de Estado, fica dispensada a aprovação do ordenador de despesas do posto.
- Ⓔ As justificativas do ordenador de despesas não são hábeis à modificação do Plano Anual de Contratações durante a sua execução.

Questão 39

Quanto ao sistema de registro de preços e contratações conjuntas, preceituados na Portaria n.º 463/2023 do MRE, assinale a opção correta.

- Ⓐ A ata de registro de preços é documento referencial, sem efeito vinculativo e obrigacional, a servir como parâmetro de dispêndio.
- Ⓑ Os postos situados em mercados comuns devem fazer contratações conjuntas.
- Ⓒ O referido sistema é admitido para postos situados em Estados fronteiriços entre si.
- Ⓓ Podem ser realizadas licitações conjuntas entre os postos no exterior, as adidâncias e outros órgãos federais no exterior.
- Ⓔ O posto gerenciador é aquele situado em Estado com moeda mais forte nas relações cambiais com seus Estados vizinhos.

Questão 40

Acerca do processo licitatório e da contratação direta de repartições do MRE no exterior, assinale a opção correta.

- Ⓐ O julgamento da licitação pode ocorrer pelo critério de técnica e preço, mediante aprovação de critérios objetivos pela secretaria de Estado.
- Ⓑ O prestígio e o incentivo à inovação podem ser utilizados no processo licitatório, embora sem previsão legal.
- Ⓒ Na fase de habilitação, são analisadas questões jurídicas, fiscais, trabalhistas, técnicas e econômico-financeiras, à luz da conveniência política e dos interesses governamentais.
- Ⓓ Na dicção da norma de regência das licitações no exterior, os serviços de engenharia restringem-se àqueles destinados a obter determinada utilidade de natureza material, tais como reparações, reformas e edificações.
- Ⓔ Concluído o estudo técnico preliminar, deverá ser elaborado o projeto básico, que, por sua vez, deverá conter a autorização prévia do Tribunal de Contas da União.

CONTABILIDADE NOS POSTOS**Questão 41**

Acerca das restrições impostas pela Lei n.º 4.320/1964, relativas ao empenho de despesa, assinale a opção correta.

- Ⓐ O empenho de despesa não pode exceder o limite dos créditos concedidos.
- Ⓑ Não é permitido o empenho global de despesas sujeitas ao parcelamento.
- Ⓒ O empenho de despesa não poderá ser realizado enquanto a obrigação estiver pendente de implemento de condição.
- Ⓓ O empenho de despesa não pode ser feito por estimativa.
- Ⓔ É vedado dispensar, mediante legislação específica, a emissão de nota de empenho para a realização de despesa.

Questão 42

A respeito do regime de adiantamento nos processos de pagamento de despesas, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 4.320/1964.

- ☐ A O pagamento de despesa sujeita ao adiantamento deve ser efetuado em estabelecimento bancário credenciado.
- ☐ B A concessão de adiantamento ao servidor em alcance depende de autorização expressa estabelecida por meio de legislação específica.
- ☐ C A concessão do adiantamento deve ser feita ao servidor responsável por, no máximo, dois adiantamentos.
- ☐ D O regime de adiantamento deve ser aplicado aos casos de despesas expressamente definidos em lei.
- ☐ E O regime de adiantamento requer o empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, devendo tal empenho ocorrer na mesma data em que o pagamento for efetuado.

Questão 43

No que se refere à liquidação da despesa, julgue os itens seguintes considerando o disposto no Decreto n.º 93.872/1986.

- I A liquidação é o estágio da despesa que se destina a verificar o direito adquirido pelo credor ou entidade beneficiária, tendo como base os títulos e os documentos que comprovem o respectivo crédito ou a habilitação ao benefício.
- II A apuração da importância exata a ser paga em relação às despesas empenhadas não consta nas finalidades da liquidação.
- III O termo circunstanciado de recebimento definitivo é um documento indispensável para a liquidação de despesas por serviços prestados de qualquer valor.

Está(ão) certo(s) apenas o(s) item(ns)

- ☐ A I.
- ☐ B II.
- ☐ C I e II.
- ☐ D I e III.
- ☐ E II e III.

Questão 44

De acordo com o Decreto n.º 93.872/1986, as restituições de suprimentos de fundos por falta de aplicação, quando recolhidas após o encerramento do exercício, constituem

- ☐ A resultados de exercícios futuros.
- ☐ B receitas orçamentárias.
- ☐ C receitas extraorçamentárias.
- ☐ D despesas de exercícios anteriores.
- ☐ E anulações de despesas.

Questão 45

De acordo com a Portaria n.º 402, de 22 de julho de 2022, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), assinale a opção correta quanto ao tratamento a ser dispensado às variações cambiais quando da definição das dotações dos postos pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE).

- ☐ A Tanto as variações cambiais ocorridas ao longo do exercício quanto as expectativas de comportamento futuro devem ser consideradas.
- ☐ B As variações cambiais ocorridas no exercício imediatamente anterior devem ser consideradas exclusivamente.
- ☐ C As variações cambiais devem ser desconsideradas.
- ☐ D As variações cambiais ocorridas ao longo do exercício devem ser consideradas exclusivamente.
- ☐ E As expectativas de comportamento futuro das variações cambiais devem ser consideradas exclusivamente.

Questão 46

O evento que deve provocar a redução do saldo constante do controle diário da movimentação bancária do posto para fins de conciliação com o extrato da conta-corrente emitido pelo banco refere-se

- ☐ A às retiradas em espécie registradas pelo posto.
- ☐ B ao aumento do limite de crédito do posto, ainda não informado ao posto pelo banco.
- ☐ C à emissão de cheques ainda não apresentados ao banco.
- ☐ D ao lançamento de créditos pelo banco ainda não registrados na contabilidade do posto.
- ☐ E ao lançamento de tarifas bancárias pelo banco ainda não contabilizadas pelo posto.

Questão 47

A respeito do sistema ADMP, julgue os itens seguintes.

- I Trata-se de programa de contabilidade adotado pelo MRE em suas repartições no exterior não interligadas ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).
- II Uma de suas finalidades é a emissão de prestação de contas, elaborada de forma automática com base nas informações e nos lançamentos constantes do sistema.
- III As autorizações de despesas do exercício corrente são passíveis de lançamento contábil no próprio sistema.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item III está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 48

A subdelegação da função de ordenador de despesas nas unidades do MRE se dá por meio de

- ☐ A transferência da função das unidades gestoras para as unidades descentralizadas no âmbito do MRE.
- ☐ B indicação de um substituto para assumir todas as atribuições e responsabilidades do chefe da unidade quando das ausências deste.
- ☐ C transferência de competência, em que o chefe da unidade, na qualidade de subdelegante, não se exime da responsabilidade dos atos praticados pela autoridade subdelegada.
- ☐ D transferência das responsabilidades inerentes à função a outra autoridade, por iniciativa de servidor indicado pelo chefe da unidade.
- ☐ E nomeação de um gestor financeiro para auxiliar o chefe da unidade no exercício das suas atribuições.

Questão 49

A política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento deverá constar

- ☐ A do orçamento fiscal.
- ☐ B do orçamento de investimento das empresas estatais.
- ☐ C do Plano Plurianual de Investimentos (PPA).
- ☐ D da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- ☐ E da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Questão 50

Desde que autorizado pela STN por meio de celebração de convênio ou assinatura de termo de cooperação técnica, o SIAFI pode ser utilizado por

- ☐ A autarquias.
- ☐ B entidades públicas estaduais e municipais.
- ☐ C entidades de caráter privado.
- ☐ D sociedades de economia mista.
- ☐ E fundações públicas.